



Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Denise Pereira
(Organizadora)

Denise Pereira

(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C198	Campos de saberes da história da educação no Brasil 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-455-9 DOI 10.22533/at.ed.559190507 1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série. CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O BORDADO NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Isabella Brandão Lara Ana Maria de Oliveira Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.5591905071	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	
Bruna Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.5591905072	
CAPÍTULO 3	25
A ANPUH-SP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAULISTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS	
Ana Paula Giavara	
DOI 10.22533/at.ed.5591905073	
CAPÍTULO 4	39
DIFERENTES CENÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL	
Dehon da Silva Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.5591905074	
CAPÍTULO 5	52
ENSINO DE HISTÓRIA EM MUSEUS: A EXPERIÊNCIA DA MEDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Priscila Lopes d’Avila Borges	
DOI 10.22533/at.ed.5591905075	
CAPÍTULO 6	61
O PROCESSO INQUISITORIAL 8064 À LUZ DA MICRO-HISTÓRIA	
Guilherme Marchiori de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.5591905076	
CAPÍTULO 7	71
OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA: O CASO DO <i>LEPROSÁRIO</i> CEARENSE ANTÔNIO DIOGO (1928-1939)	
Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.5591905077	
CAPÍTULO 8	82
PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O ESTUDO DO MEIO COMO PRÁTICA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcos Rafael da Silva Tathianni Cristini da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5591905078	

CAPÍTULO 9	92
DIÁLOGOS POSSÍVEIS PARA A (RE)INTERPRETAÇÃO DA CULTURA MATERIAL DOS MUSEUS Wagner Lucas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5591905079	
CAPÍTULO 10	101
O MITO LUSITANO DO LICANTROPO E SUA HERANÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO Maximiliano Ruste Paulino Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050710	
CAPÍTULO 11	111
A FALA COMO APRENDIZADO NAS PRÁTICAS DA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA Reginaldo José da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050711	
CAPÍTULO 12	124
A INFLUÊNCIA DOS TUTORES NA EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS EM MARIANA (1790-1822) Leandro Silva de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.55919050712	
CAPÍTULO 13	131
A LEITURA DAS ATAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (1964 – 1985) Flávio William Brito Matos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050713	
CAPÍTULO 14	142
O CONSELHO DE INTENDÊNCIA DO SERRO/MG E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1892 Danilo Arnaldo Briskievicz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050714	
CAPÍTULO 15	155
A POLÍTICA DE INCENTIVO ÀS MANUFATURAS TÊXTEIS EM PORTUGAL SÉCULO XVII: DOS DISCURSOS DE DUARTE RIBEIRO DE MACEDO À GESTÃO DO 3º CONDE DA ERICEIRA Alex Faverzani da Luz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050715	
CAPÍTULO 16	172
AS RECORDAÇÕES IMPERTINENTES DE ISAÍAS CAMINHA: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, AUTOBIOGRAFIA E LITERATURA NA PRODUÇÃO DO ESCRITOR LIMA BARRETO Carlos Alberto Machado Noronha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050716	

CAPÍTULO 17	181
A PROCESSUALIDADE DE UMA POLÍTICA COOPERATIVA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
Reginaldo Célio Sobrinho	
Edson Pantaleão	
Giselle Lemos Shmidel Kaustsky	
DOI 10.22533/at.ed.55919050717	
CAPÍTULO 18	190
CONHECIMENTOS SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: BASE PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Giselle Lemos Schmidel Kautsky	
Reginaldo Celio Sobrinho	
Edson Pantaleão Alves	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050718	
CAPÍTULO 19	199
DIREITOS SOCIAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS	
Monica Isabel Carleti Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050719	
CAPÍTULO 20	210
CENTROS DE PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL	
Bárbara Birk de Mello	
Luiz Antonio Gloger Maroneze	
DOI 10.22533/at.ed.55919050720	
CAPÍTULO 21	221
DESAPRENDENDO O JÁ SABIDO: O “ESTADO NOVO” NO EMBALO DO SAMBA	
Adalberto Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050721	
CAPÍTULO 22	238
CINEMA, CULTURA POPULAR E MEMÓRIA NA VISÃO DO CINEASTA HUMBERTO MAURO	
Sérgio César Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050722	
CAPÍTULO 23	248
DAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARA AS TELAS: A REPRESENTAÇÃO DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CINEMA BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970	
Renata dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050723	
CAPÍTULO 24	259
O LUGAR DO MÚSICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E REGIONAL	
Douglas José Gonçalves Costa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050724	

CAPÍTULO 25	269
ROTAS DE TEATRO, BRASIL E PORTUGAL: ENCENAÇÕES, ENGAJAMENTO E CRIAÇÃO ARTÍSTICA NOS ANOS 1960 E 1970	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050725	
CAPÍTULO 26	281
FICCIONALIZANDO REALIDADES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA EM “THE HANDMAID’S TALE”, DE MARGARET ATWOOD	
Isabela G. Parucker	
DOI 10.22533/at.ed.55919050726	
CAPÍTULO 27	290
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
DOI 10.22533/at.ed.55919050727	
CAPÍTULO 28	301
NO SÉCULO XVIII, OS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO	
Gilian Evaristo França Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050728	
CAPÍTULO 29	316
A METODOLOGIA KELLYANA APLICADA À TEMÁTICA INDÍGENA	
Rosemary Pinheiro Da Paz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050729	
CAPÍTULO 30	329
UMA VISÃO DOS INDÍGENAS DO SUL DE MINAS NOS RELATOS DE ALGUNS MEMORIALISTAS	
Gustavo Uchôas Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.55919050730	
CAPÍTULO 31	340
INTERCÂMBIO DE IDEIAS: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ARTHUR RAMOS E MELVILLE HERSKOVITS (ACERCA DA CULTURA AFRO-AMERICANA, 1935-1949)	
Heloísa Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050731	
CAPÍTULO 32	352
ENSINO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO: O VALOR DA CAPOEIRA	
Jefferson Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050732	

CAPÍTULO 33 363

ESMERALDINAS, CREMILDAS E LOURDES:TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS/PARÁ (2005-2016)

João Marinho da Rocha

Marilene Correa da Silva Freitas

DOI 10.22533/at.ed.55919050733

SOBRE A ORGANIZADORA..... 372

ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE

Alberto Reani

RESUMO: Os povos indígenas na região do Submédio São Francisco têm laços “intertribais” profundos, encontrando na Serra Negra sua raiz espiritual e no Rio São Francisco e nas outras serras próximas suas raízes socioculturais. A rede de relações baseada nas “fugas” e migrações provocou as origens da emergência étnica nessa região. O percurso de ajuda mútua em busca do “caminho de volta” que leva para o reconhecimento oficial por parte do Estado Nacional dos que eventualmente tinham “desaparecidos”, as exigências de “sinais diacríticos” para mostrar sua “indianidade” e as estratégias de resistência perante projetos políticos anti-indígenas, encontram na terra e no Toré a expressão sociopolítica daquilo que o trabalho de um pajé procura “levantar” de um ponto mais profundo: a espiritualidade. Terra, Toré, identidade e espiritualidade são as facetas de um único percurso chamado pelos antropólogos de “etnogênese”, pelo qual os povos indígenas no Brasil buscam sua autonomia e seu direito à autodeterminação.

PALAVRAS-CHAVE: Índios Pankará; Etnogênese; Memória.

**PANKARÁ INDIGENOUS PEOPLE:
BETWEEN THE MOUNTAIN AND THE RIVER.
HISTORY, MEMORY, AND OTHERNESS**

ABSTRACT: The indigenous people of Submédio São Francisco have their “intertribal” bounds originated from mountain Serra Negra, their spiritual roots, and São Francisco River as well as other mountains nearby this region. The relationship between migrations and evading led to their ethnic emergence. The mutual aid journey pursuing the return path resulted in the official recognition by the nation for those who eventually had “vanished”. The diacritics marks to prove their root as “native Indians” and the resistance to political projects anti-native Indians, where found on the land and Toré the sociopolitical expression of a shaman’s duty looking for to rise the upmost: The spirituality. The Earth Toré, Identity and Spirituality are the aspects of a one-way route called by anthropologists “ethno genesis” where the indigenous peoples of Brazil seek their autonomy and rights and liberation. The recognition of their distinctiveness requires not only the solidarity of the society or acceptance of the laws but also partnerships and favorable conditions.

KEYWORDS: Pankará indigenous people; Ethnogenesis; Memory.

1 | INTRODUÇÃO

O clima seco do Semiárido pernambucano, com suas altas temperaturas e “uma taxa anual de evaporação que excede a das precipitações” (ANDRADE, 2003, p. 48) e com fenômenos de seca recorrentes, em um ambiente áspero e frágil tal como o bioma da Caatinga, encontra no Rio São Francisco sua imemorial esperança. As cheias sazonais provocadas pelas chuvas traziam fertilidade graças a novo *húmus* que as águas do rio depositavam em suas ribeiras e, pela *piracema*, enchiam o rio de peixes adultos em busca de tradicionais e conhecidos lugares de desova. Trata-se de algo do passado, pois as transformações devidas às barragens deixaram só recordações na memória dos mais velhos, como acabaram contando uma noite no povo Pankará de Itacuruba: antes, quando todo mundo plantava e colhia nas ilhas, iam à feira para vender; hoje vão para comprar.

É nessa região do médio São Francisco e das bacias dos rios Pajeú e Moxotó que, na chamada depressão sertaneja, se destacam algumas serras, dentre elas a Serra Negra, a Serra do Arapuá, a Serra de Umã, a Serra Grande de Tacaratu, a Serra Pipipã e a Serra do Jacaré, além de outros serrotes menores, mas que fazem parte da história e da memória de muitos índios (e não índios) na região: Serra Branca, Serrote do Jatinã, Serrote do Padre, para citar alguns. Devemos considerar, porém, que os povos indígenas reconhecem valor e importância de tipo diferente às serras citadas. Algumas só têm importância geográfica, como caminho nas perambulações, como a Serra do Jatinã (caminho para Itacuruba) e a Serra Branca (caminho para Belém do São Francisco). Outras já são consideradas pelo seu valor “espiritual”, como a importantíssima Serra Negra, que também serviu de refúgio em época de perseguição (SILVA, 2007, p. 116), ou como o Serrote do Padre, onde o Dr. Carlos Estêvão, pesquisador entre os Pankararu no século passado, descobriu uma gruta de grande valor arqueológico (ATHIAS, 2011). Outras por serem lugar de morada, como as Serras do Jacaré (FRESCAROLO, frei Vital. **Carta ao Bispo de Olinda** - 4 de Setembro de 1802), do Arapuá e do Umã.

2 | OS PANKARÁ

Documentos do SPI demonstram que os Pankará, embora na época ainda simplesmente chamados “índios da Serra do Arapuá” (MENDONÇA, 2003), solicitaram o reconhecimento ainda na década de 1940. O Órgão do Governo, porém, só reconheceu o povo Atikum da Serra Umã, onde em 1949, criou um Posto Indígena. Aliás, esse Posto Indígena na Serra Umã foi o pretexto para justificar a não criação de outro Posto na Serra do Arapuá, na época, Município de Floresta. Lara Andrade escreve as motivações com que o SPI justifica a decisão:

As respostas do órgão indigenista oficial aos índios sobre suas solicitações eram de duas ordens: 1) já foi estabelecido um posto na Serra Umã, o SPI não tem mais recursos para montar outro posto e os índios que querem ser atendidos devem se deslocar para lá, e 2) as terras da Serra do Arapuá tem proprietários com documentos de terra, já houve muitos problemas [...]. (ANDRADE, 2010, p. 34).

Isso mostra que desde então o governo brasileiro, através do SPI, tem conhecimento de que “existiam remanescentes indígenas esparsos pelas Serras de Arapuá e Cacaria, situadas nas adjacências da Serra Umã” (ANDRADE, 2010, p. 34). Escolhas (ou projetos) de cunho político e planos de razão administrativa podem ter se juntado a interesses de tipo socioeconômicos locais para rumar à decisão de que um só Posto bastaria para atender a área toda, sem acarretar gastos maiores ao governo. Podemos suspeitar, porém, que o problema maior seria o fato de ter, na Serra do Arapuá, “proprietários com documentos de terra”.

O texto acena, ainda, ao fato de que “já houve muitos problemas”, embora não descreva de que se tratasse. Considerando que um telegrama oficial dizia: “os nossos limitados recursos não permitem se pensar na instalação de Posto para atender pequeno número de remanescentes indígenas, que sejam os mesmos” (ANDRADE, 2010, p. 34, grifos nossos), podemos deduzir tratar-se de problemas de origem tanto econômica (mais gastos públicos para um exíguo número de índios), como também etnológica (índigenas reconhecidos como sendo do mesmo grupo étnico). Conhecendo, porém a realidade sociocultural da região e alguns acontecimentos que marcaram a história de Carnaubeira da Penha, como o assassinato do chefe do Posto Indígena da Serra Umã, Oduvaldo G. Mota e outros (PARÓQUIA DE CARNAUBEIRA. **Livro de Tombo**, vol 2, p. 54) e o narcotráfico estabelecido na área (MENDONÇA, 2007, p. 179), podemos entender que, nas entrelinhas, o documento aponta para os perigos de derramamento de sangue. Pelo testemunho de muitos sabemos que a região é ainda área de muita violência (DIOCESE DE FLORESTA. **Sínodo...**, nn. 25 e 27).

A presença na Serra do Arapuá de famílias dominantes de Carnaubeira, Mirandiba, Belém do São Francisco e Floresta deve também ter influenciado nas decisões do órgão governamental.

O fato é que não foram atendidas as solicitações para que o SPI interferisse “no sentido de lhes ser assegurado o direito de permanecerem nas terras que ocupavam sem nenhuma obrigação com a fazenda municipal de Floresta que rege as terras onde estão situadas as aludidas Serras” (ANDRADE, 2010, p. 34, grifos nossos). Esse testemunho, porém, acaba declarando e dando visibilidade àquilo que poderia ser o motivo socioeconômico: os interesses da fazenda municipal de Floresta.

Esta decisão acarretou também a negação do reconhecimento oficial ao povo Pankará, reconhecimento que só veio em 2010, quando a FUNAI constituiu o “Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos complementares de natureza antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena

Pankará da Serra do Arapuá, de ocupação do povo indígena Pankará, no município de Carnaubeira da Penha, em Pernambuco [...]” (Portaria da FUNAI nº 413, de 24 de março de 2010).

Vejamos o testemunho do Sr. Luís Antônio de Souza (conhecido como “Trovão”), liderança da Aldeia Casa Nova na Serra do Arapuá:

Pelo que conheço era quatro família aqui na Serra, se espalharam e se juntaram de novo. Se foram se casando, abrindo espaço... porque os Rosa é o mesmo Amanso. A mulher de Pedro Benedito era dos Rosa, a mulher de Mané Francilino era dos Rosa. O tronco mais velho era os Rosa. Porque Zé Benedito... deve vir dos Benedito. *[Por que o nome da aldeia é “Casa Nova”?]* A primeira casa era de Zé Benedito... a primeira casa nova (era de madeira) se via de longe. Tem muitos anos. Casa Nova foi criada depois dos Gomes, de Ildefonso; foi a primeira casa de tijolo... casa nova. Não lembro quando... foi o tempo de Quintino, o pai de Ildefonso, pai de Luís Gomes Menezes. *[Quintino morava onde?]* Quintino morava fora. Aqui ficou a terra desocupada e começaram morar aqui... Acho que faz parte de portugueses, não tem parentesco aqui. [...] Vinham de Floresta. [...] Nesse tempo só vivia as quatro família e as terras eram desocupadas. Quintino veio colocar a roça, como os Carvalho, Ferraz, Novaes. Aqui muitos não têm documento, outros foram no cartório e tiraram. *[Quem está com documento?]* Deve estar em Serra Talhada, no Livro de Tombo. Não sei quem tem documento. Sei que o INCRA tem, todo mundo tirou, mas Escritura é pouco. *[As terras são de quem?]* Casa Nova nunca fomos rendeiros. Compramos. Meu avô. Aqui na chapada era do Coronel Mané Olimpo. Nos venderam. Tinha outra terra que era do padre Renato, que são tudo da família de Luís Menezes. Ali em baixo e na chapada. Descendo por lado de cá, a banda do Enjeitado *[indicando o lado do Enjeitado]*, tem terra de Francisco e Josimo de Salvador. A família de Francisco ainda faz parte da família da gente e Josimo Salvador faz parte dos Fulô, dos Santos. Não foi do meu conhecimento. Sei que Francisco é daqui.

Lá no Enjeitado quase tudo é dos Novaes. Ali tem João do Tonho, Mané Novaes, mas não sei. Sei que é dos Novaes: Enjeitado, Corrente, Sossego. A maior parte tudo é dos Novaes. Descendo até a Ladeira é de João de Fausto, Maria de Elias (Maria Adalgisa dos Santos), Olímpio Pereira... Isso tudo é deles, não é mais dos Novaes. Agora lá em Alaesse não sei desenrolar. Tem de Pedro Manoel do Nascimento, é dele. Deoclécio Novaes, é dele no Retiro, tem uma parte dele lá. Boqueirão não sei. O morador era Antônio Torre, primo do Doutor Aldemir. A Cacaria só uma partezinha é de Mané Macário, irmão de Quinô Bezerra. Ele é dos Benedito daqui. Comprou esta partezinha de terra, mas dizem que outra é dos Carvalho. Dos Carvalho, Novaes. [...]

Descendo para o Oiti e Lagoa é muita renda. É Novaes e Carvalho. Pegou o pé da Serra. Neste tempo o pessoal era pouco em cima da terra... depois começou o INCRA no Município de Carnaubeira. Naquele tempo Ferraz Carvalho era meio chegado no cartório. Aqui quando os índios se apertavam com os invasores subiam a Serra. [...] Aqui no Sertão não tenho conhecimento muito. Só aqui no pé da Serra. Sei que é mais Carvalho e Novaes. Novaes é que mais tem. Os que mais aperreava os índios no tempo da usina era Novaes. Aqueles eram os fortes invasores dos índios. Pegavam os índios para trabalhar na usina. Usina de moer cana. [...] A família Novaes tinha escravos. Devia ter laborado muito com escravos também os Carvalho. Ainda tem. Aquela coisa de pegar renda é ainda escravidão: ter de trabalhar terra e pagar renda. É escravidão: ter que trabalhar para dar mantimento ao branco. Acho que Enjeitado ainda tem que pagar renda até da banana. Da banana, do abacate. Isso faz parte de quê? Índio nunca deixou de ser escravo. Enquanto não demarcar a terra tá escravo. A terra ficou para o ser humano. Não é pra desmatar. Ficou para o mantimento. Mas trabalhar para os outros? (Entrevista de 08 de agosto de 2010)

O testemunho do Sr. Manoel Caxiado, Pajé da Aldeia Lagoa, na Serra do Arapuá, nos oferece outros elementos.

O terreiro da gente ... dizem ter um documento... dividiram, que nem espinhaço, em linhas... teve outros fazendeiros que tomaram conta, invadiram... já venderam. Uns tios deixaram. Meu bisavô dizia que nós dominávamos a Serra... deram em troca de cavalos, etc. Depois chegaram os Pires e Caribé de Belém... Descendentes da Serra são: os Rosa, os Cacheado. João Miguel vem de Atikum. Amanso vêm de Terra Vermelha. O velho Luís Limeira (pai de Pedro Limeira) veio da Ilha da Missão, acima de Rodelas. (Entrevista de 09/11/2009).

As afirmações dos entrevistados nos sugerem algumas reflexões. Em primeiro lugar o fato de ter moradores da Serra (índios) e moradores de fora (não índios das famílias Carvalho/Ferraz e Novaes, vindo de Floresta, e das famílias Pires e Caribé, de Belém do São Francisco) que “tomaram conta” das terras. Especialmente os Novaes são considerados como “os fortes invasores dos índios”. Ainda apontam para um “tronco velho” de quatro famílias Pankará, entre as quais é reconhecida unanimemente a dos Rosa, que “é o mesmo Amanso”. Com eles vem os Caxiado, os Limeira. Finalmente nos fornecem elementos para entender como foi a resistência das famílias indígenas para se manter na terra: arrendamento, pagamento do “INCRA”, compra da terra. Poucos têm documento de propriedade (“escritura”).

O povo Pankará é composto de quatro principais famílias de bases extensas que se distribuem em seu território: Rosa, Amanso, Cacheado e Limeira. Estes mantêm fortes laços políticos e de parentesco com os demais grupos étnicos que circundam sua área: o quilombo da Tiririca, que faz fronteira a oeste do seu território, os Atikum na Serra Umã (que tem a Serra Grande separando-os), os Tuxá em Rodelas, os Pipipã e os Kambiwá, que habitam as regiões do pé da Serra Negra [...] (ANDRADE, 2010, p. 31).

A relação e distribuição dessas famílias com o território da Serra do Arapuá revela, além de relações de parentesco, elementos que fazem parte da religiosidade dos pankará, sugerindo que o problema da terra, as relações às vezes conflitivas internas e externas ao povo, como também a questão da liderança (com sua influência), na verdade revelam e garantem a questão principal: sua própria identidade. Segundo Lara Andrade cada família está ligada a uma área geográfica, que ela chama com o termo de “núcleo” (Riachão-Enjeitado-Gonzaga, Lagoa e Cacaria) e a um “ancestral mítico” (ANDRADE, 2010, p. 65). O núcleo das famílias Rosa e Amanso se distribui na chapada da Serra (aldeias Retiro, Casa Nova, Sossego, Gonzaga, Ladeira, Jardim, Santa Rosa e Enjeitado). Na “outra serra”, como eles mesmos têm costume de dizer, encontra-se a família Caxiado (aldeias Lagoa, Vila, Água Grande, Gameleira). A Serra da Cacaria é área da família Limeira.

Organizamo-nos por aldeias espalhadas por todo o território. As famílias estão umas próximas das outras, também por afinidade de parentesco. Ter parente próximo um do outro facilita a vida em comunidade, diminui a possibilidade de conflito e aumenta a solidariedade entre as pessoas. Nossa organização social tem por base o Toré. Os mais velhos estão ligados à tradição, são eles que guardam a sabedoria da ciência Pankará. (Educação Escolar Indígena Pankará. Projeto Político Pedagógico, 2009, p. 7-8).

Esta outra afirmação, dos professores indígenas Pankará, nos permite entender que a força que o Pajé tem vem do “tronco”, de sua ligação com a tradição, que Lara Andrade identificou com o “ancestral mítico”: Mestre Atikum para as famílias Rosa e Amanso, cujo Pajé é João Miguel, do Enjeitado; Mestre Juazeiro para a família Caxiado, cujo Pajé é Manoel Caxiado, da Lagoa; Mestre Anjucá para a família Limeira, cujo Pajé é Pedro Limeira, da Cacaria. “Há ainda um quarto Pajé, Pedro Leite, que sempre foi reconhecido como um ‘homem de ciência’, acompanhou o episódio do levantamento de aldeia Atikum, e tinha fortes laços com os ‘Caboclos de Rodelas’.” (ANDRADE, 2010, p. 65). A distribuição dos terreiros, dos reinados e encantados também expressa não só a relação de parentesco de uma “família extensa”, onde cada Pajé é forte liderança, mas a relação espiritual e mística que dinamiza e fortalece as relações daquele grupo, cuja identidade hoje definimos como Pankará. Esta dinâmica interna constitui a “identidade pankará” (ANDRADE, 2010).

Além disso, outros fatores ligados às diferentes estratégias, sobretudo com relação à necessidade de ficar na terra, manifestam uma relação aparentemente conflitiva dentro do povo Pankará. Se de um lado uns preferem pagar renda e continuar na escravidão (conforme o pensamento do Sr. “Trovão”), outros preferem entrar na luta. Enquanto os primeiros não querem briga, visto o histórico de violência, e procuram alianças dentro de padrões conhecidos (amizade com políticos locais e famílias “de peso”, visitas nas casas dos que se dizem donos da terra oferecendo presentes e renda embora não cobrados, etc.), os outros percorrem novos caminhos através de novas alianças (COPIPE, APOINME, Secretaria Estadual de Educação, Promotoria Federal, etc.). Temos que considerar o que o Pajé Manoel Caxiado nos disse em uma conversa que tivemos em Floresta no dia 21/11/2005: este processo de desintrusão deve ser muito lento, pois já houve mortes, e no mesmo tempo porque os não índios há tempo conviveram e cresceram junto com os índios, como podemos constatar em nossa pesquisa.

3 I DA SERRA DO ARAPUÁ (CARNAUBEIRA DA PENHA) PARA O RIO SÃO FRANCISCO (ITACURUBA)

Entre as estratégias de sobrevivência para quem vive em área de conflitos não podemos esquecer as mudanças. As muitas viagens de famílias e indivíduos entre Serra, Sertão e Rio, encontram sua justificativa não só em motivos de trabalho, de visita aos parentes ou de fuga em tempo de carestia. Também a necessidade de encontrar

sossego motivou alguns a se mudar. Alguns ficaram definitivamente na beira do Rio São Francisco e enfrentaram as mudanças que foram acontecendo no município de Itacuruba.

Aqui, há alguns anos, os descendentes do povo da Serra do Arapuá retomaram os passos para o reconhecimento oficial de suas terras e sua organização, na qual

Um Pajé é a peça mais fina que existe dentro da aldeia. É o dom do povo. É quem gira a nação, que navega a nação. Eu, minha palavra “gira” é de nós girar, é a gente andar e percorrer, olhar, abrir um ritual, saber abrir e fechar. É aquela grande responsabilidade, a responsabilidade maior que existe dentro da etnia não é o cacique. Cacique é sobre os bens, sobre ir atrás caçar, pra dentro da aldeia, ir atrás dos benefícios lá fora, atrás dos bens. O chefe da nação. E o Pajé é o dom sob a palavra de Deus, o dom das orações, do conselho. Sustentar a aldeia sobre... . A cacique como as lideranças, como todos tem a obrigação de encomendar. Hoje vou aqui, vive na Serra de Pankará, que é a etnia geral. Vim de lá. Vim praqui porque aqui não tinha Pajé e Pajé não é qualquer um, Pajé vem da natureza mesmo. (Entrevista com o Pajé Manoel Caxiado, realizada em 24 de novembro de 2012)

Sr. Manoel Caxiado (Manoel Antônio do Nascimento) assim entende sua missão no meio do seu povo, e sua “origem” espiritual, sua missão que, como ele mesmo explica, “vem da natureza mesmo”. Por isso ele se desloca muitas vezes de sua residência na cidade de Floresta, onde mora com a esposa Dona Adalvina Idalina do Nascimento, entre a Serra do Arapuá (Carnaubeira) e a aldeia Serrote dos Campos (Itacuruba).

[...] o meu avô, através dos trabalhos, e Madrinha Amélia chegou o tempo que ela adoeceu, aí ele foi atrás de Roque Tuxá pra fazer esses trabalho pra curar Madrinha Amélia. Nesse tempo doutor era difícil. E as coisas de Madrinha Amélia era concentração, eram os Guias que judeavam ela, que chegou o tempo de se movimentar, de se..., de concentração e ela não tinha quem a doutrinasse. E por isso veio Roque Tuxá. É por isso que aí, lá na Lagoa, outras não, ele andou, mas o lugar dele era na Lagoa. Aonde foi toda concentração através de família, treinamento para o reconhecimento de Atikum, porque nesse tempo já tinha o aval. Primeiro era Tuxá, do começo que foi reconhecido. Atikum ninguém sabia como era o reconhecimento, registrar Atikum. Nesse tempo o pessoal vinha de fora para ajudar ter o reconhecimento. Foi através disso aí que tivemos o nome de Pankará, que nós era o mesmo povo de Atikum, mas que era separados, era povo bem separado mas era a mesma família. [...]

... era justamente a minha Madrinha Amélia e Mestre Juazeiro que diziam: Aqui Vocês são caboclo Cambengá. Este local aqui chama-se Cambengá [*Lá na Lagoa*]. É, lá na Lagoa, aquela parte da Serra de lá do nosso povo, na Lagoa. Antigamente dava-se nome Cambengá. [...] Mas não sustentaram este nome, ficaram conhecidos só como os [*caboclos*] da Lagoa. (Entrevista recolhida em 24/11/2012).

Este testemunho traz consigo muitos elementos. Além de confirmar a ligação entre Atikum e Pankará, sugere uma nova distinção na própria Serra do Arapuá, sendo “os da Lagoa” povo Cambengá. Ainda confirma a linha de reflexão de Lara Andrade, quando fala dos “ancestrais míticos”, em particular do Mestre Juazeiro, no caso “dos da Lagoa”, “*porque a história da Pankará é de quatro famílias, cada família tem o dono*”

da ciência que já vem dos antepassados” (ANDRADE, 2010, p. 65, grifos no original). Podemos pensar que seja difícil falar em “povo Pankará”, em uma situação dessa, mas assim é que eles hoje se autodenominam e se organizam.

Cruzando todos os elementos entendemos que isso tudo aconteceu na década de 1940, quando Tuxá e Pankará se reuniram na Serra Umã conseguindo o reconhecimento de Atikum e a instalação do Posto Indígena. Percebe-se também sempre mais forte o parentesco entre Tuxá, Pankará e Atikum. A ida à Serra Umã e as preocupações dos Tuxá para que Hohental Jr. (ANDRADE, 2010, p. 38) visitasse e conhecesse o povo da Serra, provavelmente não eram só questões de ajuda “política” para o reconhecimento.

Quando a gente, de 58 pra cá, foi quando meu pai já andava pra lá através das aldeia, de meu avô, pai de papai, os outros parentes [...]. Toda vida eles tiveram essa... este conhecimento com outros parentes de Tuxá. [...] Eu sei que aí este Serrote, tudo este terreno aqui, todo era da nossa indescendência, que era dos índios. [...] Então eles andando travessava aí e ia pra Tuxá. [...] E a gente dava-se Toré e dava-se o nome Aldeia Garrancho. Lá tinha Prexede, que era índio velho que veio de fora [...]. Meu avô quando chegava ali passava de dois três dias para poder atravessar na Tuxá. Aí brincavam, brincavam. Era aquela animação. [...] Aí na noite iam brincar. Depois ia pro Porto de Madalena, pegava o barco e travessava pra Tuxá. Depois, de lá de Tuxá, faziam, brincava no meio da ruína. Eu mesmo participei ainda [...]. (Entrevista com Manoel Caxiado realizada em 24/11/2012).

Pelo testemunho parece que a motivação principal destas andanças da Serra para o Rio São Francisco (Itacuruba e Rodelas/Tuxá) não tinham a ver diretamente com trabalho, plantio de roça que as ilhas, principalmente, ofereciam nessa época anterior à barragem de Itaparica. O próprio Pajé Manoel confirma: “nesse tempo o pessoal não se perturbava muito por trabalho, o povo era muito ligado a trabalhar muito não. [...] Comendo o pãozinho de cada dia tava bom demais” (Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado, em 24/11/2012). Portanto podemos afirmar que as idas eram fundamentalmente visitas onde se fortalecia a identidade e os laços de parentesco. O povo da Serra visitava os Tuxá e Tuxá retornava a visita. “Eu sei que a gente sofria muito pra chegar em Tuxá. E esse povo de Tuxá também era o mesmo rojão” (Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado, em 24/11/2012).

Era nosso caminho, a gente tirava direto, tá vendo aquele caminho aí? Tiravam direto. E fizeram a oca quase em cima daquele caminho, sem saberem que era o nosso caminho (ka, ka, ka,) aí papai foi trazendo os filhos, a gente foi trabalhando e foi muito serviço, a seca apertando e nós trabalhando. Sei que papai ficou ainda passando três anos trabalhando aqui, na fazenda dos Cantarelli. E sempre aqui aculá a gente brincava um toré escondido. Ficava entre nós e Tuxá. E nós mesmos cantava aí e brincava. E foi isso que foi incentivando até chegar esse direito de nós, de que está formando esta aldeia. Chegando gente e foi procurando este direito, esta localidade de ficar, formando uma aldeinha e formar sua cultura. (Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado recolhida em 24/11/2012, na aldeia Serrote dos Campos).

Na conversa, o Pajé Manoel nos descreveu nos detalhes este caminho que

descia da Serra do Arapuá.

[...] a gente se deslocava da aldeia Lagoa e aquele pessoal que acompanhava meu avô daqui de Pankará e se deslocava pra..., descendo a Serra... descia por dentro, nesse tempo não tinha rodagem, só tinha estrada, esta estrada batidinha de estrada de jumento e ali que a gente andava. Ia ali pro Araticum, de Araticum vem... passa no Capim, Roçado... e tinha uma entrada lá na Água Branca,... passa na Panela, no Riacho da Panela d'Água depois do Riacho da Panela d'Água aí vem pra Água Branca que é dos Carvalhos. Dizem que tem até o livro de tombo da família Carvalho que vieram de Portugal. São os portugueses, que chamavam. Branco. Aí eles habitaram lá, que havia uma entrada que dava para uma casa grande, que era da velha Clarinha, que era dos Carvalho. Entrava, saía por dentro, pela mata. Essa mata é uma distância que não sei dizer quantos quilômetros dá. Nesse tempo não diziam nem quilômetro, era légua, quantas léguas, só de montanha, só de mata, por dentro. A gente entrava, saía, era minino e antes, meu avô já andava e eles já andavam por essa estrada aí por dentro. Saía do Riacho do Mundé. Riacho do Mundé, Tapera para tá lá no Jacurutu. Do Jacurutu passa, vem sair na Pedra Branca, que é o Serrote da Pedra Branca, que era do Major Adolfo, era do Major Adolfo que tinha terra também. Ele foi um dos que tinha terreno, não sei se era de tombo, se foi de invasão, não sei, do Boqueirão e aqui no rio e na..., saía na Pedra Branca travessava onde é esta pista que vem de Belém do São Francisco a Floresta. Lá na Pedra Branca ali pro Angico. Chamava Mocó Angico. Pedra Branca, Mocó e Angico. Do Angico vem, passa no Cipó, justamente falava o Cipó de Chico Pires, que é dos Pires, dali que é da família do Prefeito. Dali do Chico Pires saía na rodagem, na estrada que ia pra Itacuruba e passava no Serrote dos Campos. Essa palavra de Serrote dos Campos, tem um pessoal aí que chama pessoal Campos. Aí não sei se este Serrote pegava no terreno deles. Eu sei que aí este Serrote, tudo este terreno aqui, todo era da nossa indescendência, que era dos índios. Os brancos foram chegando e foram tomando conta dessas terras. Então eles andando travessava aí e ia pra Tuxá. (Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado gravada em 24/11/2012).

É acima desta estrada, deste caminho dos antepassados que ele hoje é incumbido da missão de “levantar aldeia” no Serrote dos Campos. Evidentemente confunde-se aqui a realidade histórica com a metáfora, pois percorrer o caminho dos antepassados significa também reavivar a tradição, manter-se na tradição. O trabalho espiritual fortalece o trabalho político, como a história fortalece o espírito e confirma a identidade. Um contínuo entrelaçar-se de história e meta-história; um contínuo caminhar por caminhos traçados. Alguém já construía este caminho.

No dia 24/11/2012, enquanto estávamos nos dirigindo para Itacuruba, o Pajé Manoel Caxiado contou:

Meu papel é que eles aqui eles não tinham... formaram essa aldeia, mas não tinham a doutrina certa assim como tem uma aldeia [...] Esta aldeia estava sem pajé. [...] Vim de lá. Vim praqui porque aqui não tinha pajé e pajé não é qualquer um, pajé vem da natureza mesmo.

[Então não veio aqui porque são de sua família?] São da minha família. É o mesmo povo. Tem sobrinhos e tudo, aqui são meus sobrinhos, tudo são família. Tem uns que tem, aqui tem sangue de Tuxá, tem daqui da aldeia da Bahia, que são da Bahia, que estão aqui, tem sangue da Bahia. Tem Pankararu também, tem Dona Quinu, que tem parte aqui (*sic*) ela vem pro Ritual. Só que ela estranha um pouco porque cada uma tem seu sistema, seu modo diferente. Cada etnia tem seu modo de dominação.

Meu trabalho aqui é isso, tenho esta responsabilidade. [...] Aldeia Serrote dos Campos, lugar de orações, tem um Cristo Redentor, onde o povo venera muitos aqui fazem a devoção e a gente tem esta grande honra de honrar o nosso lugar e lutar pela nação e pelo povo em geral. A gente, quando faz recomendação, não faz somente pra gente e pra nosso povo, faz pra todos em geral. Todos precisam da palavra de Deus e a Palavra de Deus está sobre todas as coisas. (Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado gravada em 24/11/2012).

O Pajé Manoel tem plena consciência de que as mobilizações políticas e sociais encontram força quando o povo se encontra no Ritual. De fato, de quinze em quinze dias ele deixa outras ocupações no terreiro e no “Gentio” da Lagoa para dedicar um sábado de noite à “doutrinação” dos índios de Itacuruba. Se em épocas passadas o SPI pedia o “sinal diacrítico”, sinal de “indianidade”, exigindo que os índios mostrassem sua cultura, sua identidade dançando Toré (cf. ANDRADE, 2005, pp. 99-127), hoje o Pajé Manoel Caxiado vai levantando a aldeia ajudando o povo se “concentrar” e se ligar às suas raízes, permitindo que a água da Tradição dê vida nova, nova força ao povo. Levantar aldeia não é simplesmente um ato jurídico, burocrático, uma concessão de lei, e sim um retomar sua história e sua identidade: um verdadeiro “caminho de volta” (OLIVEIRA, 2004).

Duvignaud, na introdução ao texto de Halbwachs sobre a memória coletiva (1990, p. 14), sugere que a memória histórica “supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado”. Ou seja, recolher os dados da memória dos mais velhos que ainda estão conosco, e projetar-nos a um passado que não foi conhecido, para “inventar” o caminho da comunidade na base de um caminho já traçado, iniciado e interrompido, mas de que fazem parte as novas gerações e seus membros que sentem hoje a necessidade de não viver mais espalhados pelas ruas de Itacuruba. Se reunindo em uma mesma aldeia, trocando visitas diariamente, reunindo os velhos para contar histórias, “brincando um Toré” juntos e, sobretudo, tendo acesso aos segredos dos encantados, poderá reiniciar-se um processo de “volta” e superar o “esquecimento” (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Ao primeiro passo, que é recolher as memórias, deve-se seguir (ou pelo menos deve ser ativado nos membros do grupo) um segundo: “fazer parte de uma mesma sociedade”, o espírito do pertencimento a uma história/identidade comum, veiculado pela convivência na aldeia. A memória coletiva é despertada pelo espírito do pertencimento, a “consciência coletiva” (DURKHEIM, 2004, p. 106).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lara. “**Nem emergentes, nem ressurgentes, nós somos povos resistentes**”: território e organização sócio-política entre os Pankará. Recife: UFPE, 2010. (Monografia Bacharelado em Ciências Sociais).

ANDRADE, Ugo Maia. Moralitas Cabocla. In: GRÜNEVALD, Rodrigo de Azeredo (org.). **Toré**. Regime encantado do índio do Nordeste. Recife: Massangana, 2005, pp. 99-127.

ATHIAS, Renato. **Carlos Estêvão, a Gruta do Padre e os Pankararu de Itaparica, PE**. Portal Etnolinguística.org, 27 de novembro de 2011. Disponível em: <http://blog.etnolinguistica.org/2011/11/carlos-estevao-gruta-do-padre-e-os.html>, visitado no dia 19/09/2012.

BRASIL FUNAI. Diário Oficial da União 26 de março de 2010. **Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos complementares de natureza antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Pankará da Serra do Arapuá**. Apud: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1589677/dou-secao-2-26-03-2010-pg-33>, acessado em 02/09/2010.

DIOCESE DE FLORESTA. **Sínodo**. Dai-lhes vós mesmos de comer. Floresta, 2011.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 2ª edição.

FRESCAROLO, frei Vital. **Informações sobre os índios bárbaros dos certões de Pernambuco**. Ofício do Bispo de Olinda acompanhado de várias cartas. Revista Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, 46, 103-119, 1883. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=p>, acessado em 10/03/2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HOHENTAL, W. D. Jr. **As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco**. In: Rev. do Museu Paulista, São Paulo: Museu Paulista, v. 12, 1960, pp. 66-76.

MENDONÇA, Caroline Farias Leal. **Os índios da Serra do Arapuá**. Identidade, território e conflitos no sertão de Pernambuco. Recife/UFPE, 2003. (Dissertação de Mestrado em Antropologia).

_____. Povo Pankará: os percursos da etnicidade no sertão de Pernambuco. In: ATHIAS, Renato (Org.). **Povos Indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito**. Recife: Editora da UFPE, 2007, pp. 173-193

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta**. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: LACED, 2004, 2ª ed.

ORGANIZAÇÃO INTERNA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR PANKARÁ (OIEEP). **Escola Pankará: memórias do passado, saberes do presente: história, luta, ciência e resistência**. Projeto Político Pedagógico, 2009.

PARÓQUIA DE CARNAUBEIRA DA PENHA. **Livro de Tombo**. Vol. 2, 1975-1994.

SILVA, Edson. **Povos indígenas no Sertão: uma história de esbulhos das terras, conflitos e de mobilização por seus direitos**. In: Portal do São Francisco, Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF, Belém do São Francisco, ano 6, nº. 6, dez. 2007, pp. 107-126.

SOBRE A ORGANIZADORA

Denise Pereira: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-455-9

